

**ESTADO DE RORAIMA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ**



LEI N° 104/2004

LDO - 2005.

Estabelece as Diretrizes para elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município de Cantá, para o exercício financeiro de 2005.

O Prefeito Municipal de Cantá - RR, faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, parágrafo. 2º, da Constituição Federal e Lei 4.320/64, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Cantá, para o exercício financeiro de 2005, compreendendo as exigências da Lei 9.473/97 e cumprindo a determinação do inciso II, § 2º do Artº 35 dos Atos e Disposições

- I – as propriedades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Cantá;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município.

Art. 2º - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

- I - O Orçamento Fiscal; e,
- II – Orçamento de Seguridade Social.

Art. 3º - A Lei Orçamentária anual de Cantá abrangerá os poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Art.4º - Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal:

I – Na área de Saúde e Saneamento Básico:

Desenvolver programas na área de controle e erradicação das doenças transmissíveis e endêmicas;

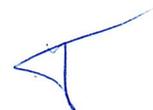
- a) Promover assistência preventiva nas áreas médicas, odontológicas, hospitalar e laboratorial de forma universalizada;
- b) Ampliar a rede coletora de águas pluviais, bem como elaborar cadastro de toda a rede existente;
- c) Fomentar a participação ativa da saúde em programas especiais;

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTÁ
RECEBI O ORIGINAL
Em: 28 / 07 / 04
Horário: 17:38 hrs.
Ass.: Donielle dos S. Pimentel

- d) Criar e implantar laboratório de Análises Clínicas nos centros de saúde das áreas urbana e rural;
- e) Adquirir unidades móveis de saúde;
- f) Adquirir ambulâncias para atendimento da saúde nas áreas urbana e rural;
- g) Adquirir novos equipamentos e medicamentos para melhoria do atendimento básico da saúde;
- h) Criar e implantar a coleta seletiva e o transporte do lixo hospitalar do município;
- i) Qualificar os servidores de nível médio, técnico ou auxiliar que exerçam atividades na área de saúde, enfermagem, laboratório, vigilância sanitária e outros, sem a devida qualificação;
- j) Controle das Morbidades e endemias;
- k) Limpeza e desobstrução de igarapés e cursos d'água;
- l) Expansão da rede de água potável dos núcleos urbanos;
- m) Adequar nas comunidades, um sistema próprio de saneamento
- n) Básico, com ênfase na preservação do meio ambiente.
- o) Promover campanha sobre a coleta e depósito do lixo urbano residencial;
- p) Implantação de serviços auxiliares de diagnósticos e tratamento;
- q) Fortalecer as ações de saúde orientadas para crianças, gestantes e
- r) Nutrizes;
- s) Apoiar o Núcleo de Educação e Saúde, Vigilância Sanitária e
- t) Epidemiológica;
- u) Adquirir equipamentos odontológico, oftalmológico para atender as
- v) Escolas e postos de saúde.

II – Na área de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

- a) Atender ao crescimento da demanda escolar no exercício de 2005, Através da ampliação e melhoria da rede do Pré – escolar e
- b) Primeiro Grau;
- c) Incentivar o desenvolvimento de atividades culturais;
- d) Promover ações voltadas ao desenvolvimento do esporte e lazer nas várias unidades de ensino;
- e) Treinar e capacitar o corpo docente e técnico;
- f) Atender a população estudantil através do fornecimento de material escolar, didático, fardamento;
- g) Elaborar e executar programas de caráter educativo nas áreas de trânsito, saúde pública e saneamento, civismo e segurança;
- h) Adquirir transportes para atender a rede escolar do município;
- i) Dar manutenção aos transportes escolares do município;
- j) Dar manutenção e ampliar prédios da rede escolar do município;
- k) Construir novas unidades escolares nas áreas urbana e rural;
- l) Adquirir equipamentos laboratorial, odontológico e oftalmológico para atender as unidades escolares;
- m) Construir a Biblioteca Municipal;
- n) Implantar o Sistema de Alfabetização para jovens e adultos no município;



- o) Promover e apoiar o ecoturismo e as atividades tradicionais para divulgar o município turisticamente;
- p) Concessão de bolsas de estudo a pessoas carentes do município;
- q) Construção de escola agrícola nas colônias;
- r) Redução da evasão nas escolas do município, através de programas Pedagógicos de estudo das causas;
- s) Construção de centros esportivos para incentivar o esporte;
- t) Construção do centro cultural para promover o resgate histórico e Cultura do município;
- u) Conceder premiação para incentivo de eventos culturais e esportivos;
- v) Aquisição de fitas de vídeo e livros educativos;

III – Na área de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente:

- a) Implementar programas de habitação popular para a população de baixa renda em cooperação com o Governo Federal;
- b) Continuar o programa de urbanização, arborização ajardinamento nos principais bairros da cidade, objetivando a melhoria do índice de área verde por habitante no meio urbano;
- c) Ampliar e dar manutenção ao sistema de iluminação pública, com ênfase nas principais vias de acesso aos bairros periféricos, destacando a colocação de instalação elétrica e iluminação pública;
- d) Promover e apoiar o ecoturismo e as atividades tradicionais para divulgar o município turisticamente;
- e) Criar e implantar o programa de recadastramento e titulação imobiliária, de identificação adequada de ruas e logradouros públicos e numeração de imóveis;
- f) Construir pontes, bueiros e realizar revestimento de canais na área urbana;
- g) Preservar e conservar lagos, igarapés e rios da área urbana do município;
- h) Instituir áreas de proteção ambiental;
- i) Ordenar os assentamentos irregulares com titulação imobiliária;
- j) Implantar lotes urbanizados;
- k) Criar loteamentos populares; Urbanizar e pavimentar as vias e logradouros públicos na área rural.
- l) Recuperação de prédios de sítios históricos;
- m) Ampliação e manutenção da rede de eletrificação rural;
- n) Melhoramento em residências de famílias de baixa renda;
- o) Construção de praças públicas com quadras poliesportivas;
- p) Realizar obras de saneamento básico e infra-estrutura no município;
- q) Atender as principais vias estruturais e coletoras com aplicação de pavimentação, meio-fio e drenagem de águas pluviais;
- r) Recuperar e dar manutenção às vias públicas na área urbana;
- s) Construção de bueiros, calçamentos, meios-fios e sarjetas, na área rural, vilas e povoados.

IV - Na área de Assistência Social:

- a) *Implantar e Desenvolver Programas de Assistência Social;*
- b) *Apoiar a promoção de programas de assistência aos idosos, deficientes físico, mental, auditivo e visual;*
- c) *Implantar novos programas de apoio à criança e ao adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente;*
- d) *Celebrar convênios com entidades filantrópicas sem fins lucrativos;*
- e) *Promover assistência social às gestantes e famílias carentes.*
- f) *Adquirir equipamentos para implementar programas para menor de risco;*
- g) *Adaptar logradouros e prédio pertencentes ao patrimônio público municipal para garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física;*
- h) *Oportunizar a formação de mão-de-obra local, através de cursos de capacitação nas áreas afins;*
- i) *Combater e enfrentar as causas da pobreza, com implantação de programas especiais e cumprimento dos já existentes no município;*
- j) *Fornecimento de prótese, ortese e medicamentos básicos à população carente;*
- k) *Fornecimento de passagem aérea, rodoviária e fluvial, para caso de necessidade de deslocamento de pessoas doentes para tratamento fora do Município;*
- l) *Instalação de oficina de ação para trabalho com menores e adolescentes;*
- m) *Implantação e manutenção de creches do Município;*
- n) *Fornecer a pessoas reconhecidamente carente, auxílio funeral em caso de necessidade.*
- o) *Fica Criado o Conselho Tutelar do Município de Cantá, sendo dotado recursos orçamentários como uma unidade.*

VI - Na área de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente:

- a) *Implantar e recuperar estradas vicinais, visando agilizar o escoamento da produção;*
- b) *Incentivar o desenvolvimento da agricultura, a produção e a comercialização agropecuária;*
- c) *Implantar redes de eletrificação rural;*
- d) *Fortalecer as ações e programas orientados para o desenvolvimento das comunidades de produtores rurais;*
- e) *Promover, incentivar e apoiar com recursos financeiros, a implantação e formação de açudes nas colônias do município;*
- f) *Implantar e apoiar a formação de fruticultura e horticultura em todas as áreas destinadas ou com vocação;*
- g) *Fomentar o desenvolvimento de agrovilas, distribuição de sementes e mudas, ferramentas agrícolas, medicamentos, rações e semoventes em todas as áreas do Município;*
- h) *Implantação de um plano agrícola para o Município de Cantá;*
- i) *Desenvolver programas de alto sustentação considerando os aspectos culturais, a fauna, a flora e a beleza natural da região;*
- j) *Repassar de recursos em forma de convênios às associações legalmente implantadas no município;*



VII - Na área de Administração e Gerenciamento Municipal.

- a) Revisar e atualizar o Código Tributário Municipal;
- b) Revisar e atualizar a planta de valores genéricos do Município;
- c) Implantar projeto para definição e avaliação da política de desenvolvimento urbano do Município;
- d) Implantar o planejamento municipal integrado;
- e) Adquirir equipamento visando a informatização de todos os setores da Administração Municipal;
- f) Implantar o sistema de informática, de forma a integrar todos os setores da administração municipal;
- g) Ordenamento metodológico dos procedimentos administrativos e financeiros, visando melhorar os serviços de atendimento à população;
- h) Municipal de Transito;
- i) Proceder ao Cadastramento de todos o contribuintes do ISSQN e IPTU
- j) Reformar e reaparelhar as instalações da sede da Prefeitura Municipal;
- k) Estudar, analisar e reformular o Plano de Carreira da Prefeitura Municipal;
- l) Estudar, reformular, definir e reavaliar a política de desenvolvimento urbano do Município;
- m) Instituir, lançar e arrecadar os tributos de competência do município;
- n) Aquisição de móveis para os órgãos da administração;
- o) Implantação do cadastro imobiliário, regularização fundiária e elaboração do mini-plano diretor da cidade de Cantá, vilas e povoados.
- p) Ficam criados os Distritos de "Santa Cecília", "Taboca" e "Félix Pinto", que integraram a proposta orçamentária, como uma unidade e será dotado recursos a razão de 15% para o primeiro e, 5% para os demais, do total dos recursos orçamentários, destinado a implantação e gerenciamento administrativo, nos termos do Artº 4º, Seção II da Lei Orgânica do Município de Cantá, sendo os mesmo gerenciados por Secretários Distritais, nomeados pelo Executivo conforme Artº 81 da Lei Orgânica do Município.

VIII - Na área de Desenvolvimento Econômico:

- a) Implementar ações voltadas ao desenvolvimento do setor turístico no município;
- b) Promover a geração de emprego e renda, visando absorver a mão-de-obra local. .

IX – Na área de Agropecuária e Desenvolvimento Turístico.

- a) a agricultura, a pecuária e as demais atividades primárias de produção e o turismo são as atividades econômicas prioritárias do município, para efeito de recepção de investimentos e incentivos fiscais e financeiros;
- b) Incentivar a fruticultura e a horticultura;
- c) Promover programas de assentamento dirigido em articulação com os Governos Federal e Estadual, através do INCRA e INTERAIMA, respectivamente;
- d) promover ações com vistas à regularização fundiária;



- e) promover o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades, em estreita articulação com as mesmas, visando a elevação da produção, da renda e melhoria das condições de vida das mesmas;
- f) assegurar o fornecimento de insumos e meios de produção agrícola, como ferramentas aos produtores rurais que exploram a agricultura familiar;

X - Na área de Sistema Viário.

- a) Atenção às principais vias estruturais e coletoras, com aplicação de pavimentação, meio-fio e drenagem;
- b) Recuperação e manutenção das vias públicas nas áreas urbana e rural;
- c) Calçamento de ruas e construção de canteiros, calçados e meio-fio para proteção de pedestres;

CAPITULO I

Das Prioridades e metas da Administração Pública Municipal

Art. 5º - As metas estabelecidas no artigo anterior serão executadas com recursos do Município ou de Convênios firmados com a União, Estado e outras fontes que venham possibilitar o desenvolvimento social e econômico do Município.

Art. 6º- O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Cantá, será constituído dos seguintes documentos , além daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

- I - Texto da Lei;
- II - Demonstrativo das despesas por fonte de recursos por órgão;
- III - Demonstrativo da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- IV - Consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso IV deste artigo, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- a) Receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
- b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) A receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- f) A despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- g) Composição das despesas por órgãos e categorias econômicas para o exercício de 2005; e
- h) Composição das despesas por órgão e função para o exercício de 2005.

§ 2º - Integrará ainda, o orçamento fiscal, programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

Art. 7º – Não será fixada despesa sem que estejam garantidas as fontes de recursos.

Art. 8º – A manutenção e continuidade de projetos e atividades terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 9º – A proposta orçamentária será acompanhada dos quadros exigidos no parágrafo primeiro do art. 2º da Lei 4.320/64 combinado com art. 22 da mesma Lei.

Art. 10 – Fica vedada a anulação parcial ou total de dotação orçamentária de projeto em andamento.

Art. 11 – Nenhum projeto será criado sem a devida comprovação de sua viabilidade técnica, econômica financeira.

Art. 12 – As despesas com pessoal não excederão a 50% das Receitas correntes, estimadas para o exercício financeiro de 2005, com base no Art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Roraima, Art. 23, inciso II do § 2º do Artº 35 Constituição Federal.

Art. 13 – As subvenções sociais só poderão constar do orçamento, quando destinadas a entidades sem fins lucrativos e que forem reconhecidamente atuantes na área social, cultural e do desporto.

Art. 14 – A Lei orçamentária consignará recursos para implantação de planos de cargos e salários.

CAPITULO II

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 15 - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 16 – O Poder Executivo poderá contingenciar os recursos do orçamento até o limite de 8% (oito por cento) da Receita estimada para o exercício financeiro.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para o Orçamento Fiscal

Art. 17 - As despesas de custeio, exceto pessoal e encargos sociais e despesas correntes com saúde e educação, realizadas à conta de recursos do Tesouro Municipal não poderão ter aumento superior, em termos reais, a estimativa de gastos para 2005, tendo como referência a realização efetiva da despesa até Junho de 2005.

Art. 18 - As subvenções sociais só poderão constar no orçamento, se destinadas a entidades sem fins lucrativos, de assistência social para a educação, cultura, saúde e assistência à infância, à velhice, a maternidade, e ao deficiente, e as de proteção ao Meio-

Ambiente e ao esporte, observada a legislação que rege a matéria e atendam ao disposto no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida por autoridade competente local, no exercício de 2005, bem como comprovante de regularidade do mandato da diretoria.

Art. 19 - No exercício financeiro de 2005, as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Municipal, observarão o limite estabelecido no Art. 169 da Constituição Federal.

Art. 20 - As demais despesas de custeio administrativo-operacional à conta de recursos do Tesouro Municipal, não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes no exercício de 2005, salvo no caso de comprovada insuficiência patrimonial, incremento fiscal de serviços prestados à comunidade de novas atribuições recebidas no exercício de 2004, ou no decorrer do exercício de 2005.

Art. 21 - Somente poderão ser programados recursos para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas correntes com pessoal e encargos sociais, e outras despesas administrativas previstas nas diretrizes do Poder Executivo, bem como as despesas com serviços da dívida e contrapartida de financiamentos.

Art. 22 - A proposta orçamentária consignará dotação específica para o Poder Legislativo Municipal mediante proposta por este encaminhada ao Poder Executivo Municipal, considerando o disposto no Art. 31 da Lei nº 4.320, de 17 Março de 1964.

Das Propostas relativas ao Servidor Público

Art. 23 - As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas observado o disposto neste artigo, respeitadas as disposições do Art. 235, I, das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição Federal e os seguintes princípios:

- I - Observância da isonomia de vencimentos, prevista no Art. 27 da Constituição do Estado;*
- II - Equilíbrio remuneratório entre os diversos quadros de pessoal.*
- III - Mobilizar, treinar, capacitar e valorizar o servidor público municipal.*

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária poderá consignar os recursos necessários para atender as despesas decorrentes da implantação do Plano de Carreira dos servidores.

Das diretrizes para o Poder Legislativo

Art. 24 - Ficam fixadas as seguintes prioridades para elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo para o exercício de 2005, tendo o prazo até 30 de Julho para encaminhar ao Executivo;

- a) Adequação e aparelhamento das instalações físicas com vistas à otimização do exercício de suas prerrogativas constitucionais;*
 - b) Melhoria do sistema de comunicação;*
- 

- c) *Elaboração do Plano de Carreira dos servidores da Câmara Municipal;*
- d) *Contratação de empresa especializada para realização de concurso público para preenchimento de vagas no quadro de pessoal da ação legislativa.*
- e) *Aquisição de equipamentos visando a informatização dos serviços legislativos;*
- f) *Aquisição de softwares e implantação destes programas para uso dos serviços legislativos.*

Parágrafo Único - O duodécimo da Câmara Municipal será calculado com base nas dotações orçamentárias previstas para o Legislativo no orçamento anual do Município, à razão de 8% (oito por cento) ao mês, da Receita efetivamente realizada no exercício anterior pelo município, produto dos impostos, taxas e transferências correntes excluindo-se as transferências de capital e convênios destinados ao cumprimento de objetivo.

Da Administração da Dívida e das Operações de Crédito

Art. 25 - A administração das dívidas internas e externas e a captação de recursos na modalidade de operação de crédito pela Prefeitura Municipal, deverá obedecer à legislação em vigor e ao disposto no inciso III do Art.167, da Constituição Federal, limitando-se aos contratos junto às instituições financeiras e às necessidades de recursos para atender:

- a) aos serviços da dívida interna e externa do Município;*
- b) aos investimentos e transferências de capital considerado prioritário,*
- c) a operação de crédito por antecipação da receita orçamentária. .*

Art. 26 - Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida, serão fixadas com base apenas nas operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei à Câmara Municipal.

Disposições Finais

Art. 27 - Na Lei Orçamentária Anual para 2005, a discriminação da despesa para os orçamentos fiscais e da seguridade social, far-se-á por categoria de programação, indicando em cada uma a seguinte classificação:

a) Despesas Correntes:

- * Pessoal e encargos sociais;*
- * Juros e encargos da dívida;*
- * Outras despesas correntes.*

b) Despesas de Capital:

- * Investimentos;*
- * inversões financeiras;*
- * Amortização da dívida;*
- * Outras despesas de capital.*

§ 1º - A classificação a que se refere à alínea "a" deste artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de despesa.

§ 2º - Entende-se por categoria de programação o sub-projeto e a sub-atividade

§ 3º - Os projetos e atividades descreverão objetivos que caracterizem a ação pública esperada.

Art. 28 - As propostas de modificação no projeto de lei orçamentária anual, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 29 - A abertura de créditos suplementares e especiais autorizada por lei e abertos por decreto, nos termos do Art. 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, sem prejuízo de atos preparatórios e complementares no âmbito de cada Poder.

Art. 30 - A lei orçamentária conterá dispositivos autorizando o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até determinado limite, obedecidas as disposições do Art. 43, da Lei nº 4.320/64 e realizar operações de crédito por antecipação da receita para atender a insuficiência de caixa.

Art. 31 - O projeto de lei que conceda ou amplie benefício fiscal ou crédito e que reduza a receita estimada no orçamento de 2005, conterá a estimativa de renúncia fiscal que deverá acarretar, bem como as despesas programadas que serão anuladas.

Art. 32 - Será incluída no projeto de lei orçamentária, programação de despesa, à conta de recursos estimados decorrentes de alteração da legislação tributária, cujos projetos estejam em tramitação ou que venham a ser enviados à apreciação do Poder Legislativo, durante a tramitação do Projeto de Lei de Orçamento. O Projeto de Lei Orçamentária consignará recursos para pagamento de demanda Judicial oriundos de servidores demitidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - A programação condicional de que trata este artigo será identificada à parte do restante do orçamento.

Art. 33 - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade que viabilizem a execução de despesas sem a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 34 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantá - RR, 23 de Julho 2004.

PAULO DE SOUZA PEIXOTO
Prefeito Municipal